

MEDIDAS DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Angélica de Godoy Torres Lima ¹
Eliane Rodrigues de Carvalho Silva ²
Jael Maria de Aquino ³

INTRODUÇÃO

A violência contra a pessoa idosa insurge como um crescente e preocupante problema, considerando que o Brasil se direciona para ser o sexto país com maior número de idosos no mundo. Tais situações acontecem de diferentes maneiras que a depender do contexto cultural no qual está inserido, a sua identificação torna-se difícil, com sérias consequências para indivíduos, famílias, comunidades e gestores (POLTRONIERI et al., 2019).

Esta pode ser definida como ato ou omissão que cause danos ou aflição a esse idoso que, frequentemente, promove em sofrimento, lesão, dor, omissão ou perda dos direitos humanos e redução da qualidade de vida. Pode ser pormenorizada como agressão física, verbal, moral ou psicológica, sexual, negligência ou abandono, seja social quanto institucional. Denota natureza multicausal e complexa com consequências devastadoras para as vítimas, pois, além de agressões à saúde física, mental e espiritual, gera baixa qualidade de vida e falta de segurança (MAIA et al., 2019; SILVA et al., 2016).

Dentre os fatores que influenciam as práticas de violência contra idosos, destacam-se a idade avançada, que representa o principal fator de risco, visto que está interligada à perda de autonomia e independência e à necessidade de cuidados de terceiros; a disfuncionalidade familiar, com elevada probabilidade para maus-tratos; a falta de acesso a direitos sociais, denotando que os dispositivos de proteção social existentes ainda são deficientes para o enfrentamento da violência; e as condições crônicas de incapacidade da vítima (RIBEIRO et al., 2021).

No âmbito da Saúde, a notificação de casos é compulsória, porém, não configura denúncia, sendo apenas um instrumento de garantia de direitos. Inclusive a comunicação ao Conselho Municipal do Idoso e/ou Ministério Público é obrigatória. O profissional de saúde

¹ Enfermeira. Doutoranda do Programa Associado de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade de Pernambuco/Universidade Estadual da Paraíba - UPE/UEPB, angelica.godoy@belojardim.ifpe.edu.br;

² Psicóloga. Mestranda do Programa Associado de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade de Pernambuco/Universidade Estadual da Paraíba - UPE/UEPB, elianercarvalho@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutora em Enfermagem Psiquiátrica-USP, Docente do PAPGENF da Universidade de Pernambuco - UPE, jael.aquino@upe.br.

durante seu atendimento deve, após as etapas de acolhimento, atendimento e notificação, contribuir para o seguimento na rede de proteção social. As políticas públicas focadas na proteção e prevenção à violência contra o idoso em vigência no Brasil precisam atentar para os fatores associados com sua ocorrência, principalmente no ambiente familiar e suas medidas de prevenção (MAIA et al., 2019).

Este trabalho teve como objetivo identificar na literatura as intervenções propostas para prevenir a violência contra a pessoa idosa por profissionais de saúde.

METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de uma revisão de literatura narrativa com estudo de caráter descritivo e abordagem qualitativa. Para a realização deste estudo foi realizado um levantamento bibliográfico no período de julho a setembro de 2021, coletando artigos científicos com base na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) através das bases de dados do MedLine/ PubMed (National Library of Medicine, EUA) e da LILACS (Literatura Latinoamericana em Ciências da Saúde) e BDNF (Base de Dados em Enfermagem) entre os anos de 2016 a 2021.

Para a coleta de dados do MEDLINE, LILACS e BDNF foram empregados os seguintes descritores Mesh/Decs: “aged”, “aged, 80 and over”, “violence” e “prevention”. Através dessa busca inicial foram encontrados no total 215 artigos em todas as bases de dados, sendo excluídos 6 artigos que estavam repetidos, sendo avaliados 209 artigos.

Após a coleta inicial, percebeu-se a necessidade de refinar a pesquisa, pela quantidade de resultados encontrados, portanto, realizou-se a pré-leitura dos títulos para verificar a adequação com a temática, sendo selecionados 76 artigos. Após essa seleção pelos títulos, os artigos selecionados passaram por leitura do resumo com a finalidade de ter uma visão geral do assunto pesquisado se está dentro do escopo da pesquisa. Nesta fase foram selecionados 27 textos, dos quais foram selecionados 19.

Depois foi realizada uma leitura seletiva, crítica e interpretativa de todos os trabalhos, seguida de uma análise e categorização dos dados de maneira a responder o problema da pesquisa, foram selecionados 08 artigos para análise final. Não houve restrição de idioma em relação a busca dos artigos, os estudos utilizados foram escolhidos por possuírem conteúdos que abordam a proposta deste trabalho, que deveriam incluir medidas de prevenção de violência contra idosos e nos critérios de exclusão estão obras incompletas e artigos de revisão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar das políticas públicas para proteção ao idoso, a prevalência de violência financeira contra idosos representa parcela importante de casos de violência familiar no Brasil, em que o ambiente familiar é um dos principais locais de sua ocorrência. Isso, possivelmente, associa-se com as mudanças estruturais nas sociedades contemporâneas, que repercutem nas dinâmicas entre os diferentes papéis exercidos por cada pessoa dentro das relações familiares e sociais nos quais esteja inserida. No Brasil, observa-se o aumento da frequência de pessoas tirarem usufruto da fragilidade de idosos, para se apropriar dos bens e pensão, inclusive com casos de consecutivos empréstimos em nome de pessoas idosas, com o fim de gozar dos mesmos, em detrimento dos idosos e de sua renda (MAIA et al., 2019; SANTOS et al., 2019; AMARAL et al., 2018).

O medo de retaliações ou exacerbação da violência, sentimento de culpa, vergonha, medo de chantagem emocional, desconfiança, déficit cognitivo, sentimento de fracasso, isolamento social, dependência do cuidador, crença na naturalidade da violência são situações enfrentadas pelo idoso violentado, o que faz com que este não denuncie os maus-tratos sofridos (BRASIL, 2017).

Um único incidente de maus tratos pode suscitar um ciclo crescente que pode levar à perda de independência, doença grave ou até a morte. Na área de saúde os profissionais devem estar atentos para identificar casos de violência e maus-tratos para efetivar ações de prevenção, promoção e acolhimento. Dessa forma, é essencial que os conceitos de violência sejam disseminados entre os integrantes da equipe de saúde e para a comunidade (BRASIL, 2016; MAIA et al., 2020).

O vínculo dos profissionais de saúde com os pacientes e o conhecimento do contexto são importantes na decisão de agir sobre prováveis situações de violência. Contudo, os profissionais demonstram dificuldades para identificar a violência praticada e assim, as medidas protetivas podem não ser adotadas em sua prática na atenção domiciliar (MAIA et al., 2020).

As principais intervenções para prevenir o abuso de idosos podem ser classificadas em intervenções de nível primário e intervenções de nível secundário. Sousa *et al.* (2021) descreve que as abordagens prevalentes para a prevenção do abuso de idosos no grupo de intervenção primária e secundária, respectivamente, foram a educação em saúde por meio de grupos de convivência de idosos e os cuidados com a saúde mental. Estas apresentam resultados positivos e factibilidade para serem implementadas na prática assistencial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os diversos estudos encontrados discutem diversas medidas de prevenção de ações de violência contra a população idosa. Dentre estas está a identificação correta de situações de abuso e negligência de idosos no pronto-socorro, através de uma abordagem baseada na equipe multiprofissional, aproveitando as perspectivas únicas dos muitos profissionais que trabalham em um pronto-socorro e capacitando todos para contribuir para a detecção (ROSEN et al., 2018; ROSEN et al., 2020).

A avaliação de situações de violência deve incluir a observação da interação paciente-cuidador, histórico de saúde abrangente e exame físico céfalo-caudal completo. A utilização formal de Protocolos de triagem também pode ser útil. Os serviços de emergência preocupados com o abuso ou negligência de idosos devem documentar suas descobertas detalhadamente (ROSEN et al., 2018).

Embora existam desafios, potenciais consequências indesejadas e ainda não esteja clara a abordagem ideal para a triagem de violência contra o idoso, sugere-se o desenvolvimento de estratégias para melhorar a comunicação dentro do setor de emergência a fim de expandir esses esforços e otimizar a identificação de vítimas de maus-tratos a idosos (ROSEN et al., 2020).

Alguns pesquisadores têm desenvolvido instrumentos para contribuir na prevenção e gerenciamento de casos de violência contra idosos. Dentre estes, encontra-se o REAGERA-P que é questionário que pode ser usado para avaliar a preparação do profissional de saúde para identificar e gerenciar casos de abuso de idosos, incluindo intervenções educacionais conduzidas entre a equipe para melhorar as respostas dos cuidados de saúde às vítimas de abuso de idosos (SIMMOMS, 2021). Porém, ainda não se encontra validado e disponível para o português brasileiro.

Outro instrumento é o ED-EMATS, que visa padronizar e melhorar o atendimento que assistentes sociais prestam aos idosos no pronto-socorro, visto que apresenta um maior enfoque profissional na avaliação e início de intervenção para vítimas idosas vulneráveis de maus-tratos no pronto-socorro e em outros ambientes (ELMAN, 2020).

Uma medida bastante utilizada a nível internacional são as avaliações forenses de capacidade e maus-tratos assistidas por telecomunicação com geriatras experientes em abuso de idosos e autonegligência estão ajudando a atender a demanda por tais serviços forenses em áreas remotas e carentes. O uso de entrevistas assistidas por audiovisual síncrono em vez de entrevistas pessoais com clientes para fornecer avaliações de capacidade tornou-se mais importante com a chegada da pandemia COVID-19 para avaliações domiciliares virtuais, inclusive com baixo custo (BURNETT et al., 2019; HALPHEN et al., 2021).

A identificação de comportamentos suspeitos, desorientação, recusa de falar ao telefone ou mesmo aumento do sono durante o dia devem chamar a atenção para a possibilidade de violências. A busca por estratégias não violentas para a resolução de conflitos neste cenário de crise, no qual estresse e sobrecarga são mais frequentes, também é fundamental (MORAES et al., 2020).

O estabelecimento de um pacote técnico específico por meio de um grupo de estratégias que objetivam alcançar e sustentar reduções substanciais nos fatores de risco ou resultados relacionados à violência contra o idoso é uma sugestão a nível de política pública. Esses pacotes são projetados para ajudar as comunidades a priorizar estratégias de prevenção com o maior potencial de impacto (DAHLBERG, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais que lidam com o público idoso têm a responsabilidade de identificar as vítimas potenciais e reais de violência. As funções das equipes de saúde no reconhecimento e gerenciamento de violência contra o idoso incluem avaliação e triagem, notificação obrigatória, atendimento direto e investigação de casos suspeitos. Embora os esforços individuais dos profissionais de saúde na detecção e gestão de casos sejam importantes, a violência contra idosos é um problema complexo que é melhor abordado por meio da colaboração interprofissional.

Palavras-chave: Abuso ao idoso, Idoso, Violência, Prevenção.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A.K.F.J. et al. Violência e maus tratos contra a pessoa idosa: representações sociais de jovens, adultos e idosos. **Rev. enferm. UERJ**, v. 26, p. e31645, 2018.

BRASIL. Portaria nº 825, de 25 de abril de 2016. Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas. **Diário Oficial da União**, 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados (BR). **Brasil 2050: desafios de uma nação que envelhece** [Internet]. Brasília; 2017 [cited 2017 Feb 23]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/noticias/brasil-2050-desafios-de-uma-nacao-que-envelhece>

BURNETT, J.; DYER, C.B.; CLARK, L.E.; HALPHEN, J.M. A Statewide Elder Mistreatment Virtual Assessment Program: Preliminary Data. **J Am Geriatr Soc.**, v. 67, n. 1, p. 151-155, 2019.

DAHLBERG, L.L. Getting Ahead of the Curve to Prevent Elder Mistreatment in the United States. **Generations.**, v. 44, n. 1, p. 103-105, 2020.

ELMAN, A. et al. Developing the Emergency Department Elder Mistreatment Assessment Tool for Social Workers Using a Modified Delphi Technique. **Health Soc Work.**, v. 45, n. 2, p. 110-121, 2020.

HALPHEN, J.M.; SOLIS, C.F.; BURNETT, J. A statewide elder mistreatment virtual assessment program: Legal, ethical, and practical issues. **J Am Geriatr Soc.**, v. 69, n. 10, p. 2759-2765, 2021.

MAIA, M.A. et al. Práticas profissionais em situações de violência na atenção domiciliar: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva.** v. 25, n. 9, p. 3587-3596, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.27992018>>.

MAIA, P. H. S. et al. Occurrence of violence in the elderly and its associated factors. **Revista Brasileira de Enfermagem.**, v. 72, n. suppl 2, p. 64-70, 2019.

MORAES, C. L. et al. Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. **Ciência & Saúde Coletiva.**, v. 25, n. suppl 2, p. 4177-4184, 2020.

MOSQUEDA, L. et al. The Abuse Intervention Model: A Pragmatic Approach to Intervention for Elder Mistreatment. **J Am Geriatr Soc.**, v. 64, n. 9, p. 1879-83, 2016.

POLTRONIERI, B.C.; SOUZA, E.R.; RIBEIRO, A.P. Violência no cuidado em instituições de longa permanência para idosos no Rio de Janeiro: percepções de gestores e profissionais. **Saude Soc.**, v. 28, n. 2, p. 215-26, 2019.

RIBEIRO, M. N. S. et al. Evidências científicas da prática da violência contra a pessoa idosa: revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem.**, v. 34, p. eAPE00403, 2021.

SANTOS, A. M. R. et al. Financial-patrimonial elder abuse: an integrative review. **Revista Brasileira de Enfermagem.** v. 72, n. suppl 2, p. 328-336, 2019.

ROSEN, T.; STERN, M.E.; ELMAN, A.; MULCARE, M.R. Identifying and Initiating Intervention for Elder Abuse and Neglect in the Emergency Department. **Clin Geriatr Med.**, v. 34, n. 3, p. 435-451, 2018.

ROSEN, T.; PLATTS-MILLS, T.F.; FULMER, T. Screening for elder mistreatment in emergency departments: current progress and recommendations for next steps. **J Elder Abuse Negl.**, v. 32, n. 3, p. 295-315, 2020.

SIMMONS, J.; WENEMARK, M.; LUDVIGSSON, M. Development and validation of REAGERA-P, a new questionnaire to evaluate health care provider preparedness to identify and manage elder abuse. **BMC Health Serv Res.**, v. 21, n. 1, p. 473, 2021.

SILVA, C.F.S.; DIAS, C.M.S.B. Violência contra idosos na família: motivações, sentimentos e necessidades do agressor. **Psicol Ciênc Prof.**, v. 36, n. 3, p. 637-52, 2016.

SOUSA, R. C. R. et al. Interventions to prevent elder abuse in the community: a mixed-methods systematic review. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 55, p. e3677, 2021.